Processo C-824/18**Retificação do pedido de decisão prejudicial****Data de entrada:**

16 de janeiro de 2018

Órgão jurisdicional de reenvio:Naczelny Sąd Administracyjny (Supremo Tribunal Administrativo,
Polónia)**Data da decisão de reenvio:**

21 de novembro de 2018

Recorrentes:

AB e o.

Outra parte no processo:

Conselho Nacional da Magistratura

Processo C-824/18

Varsóvia, 15 de janeiro de 2019

Ex.mos Senhores,

em resposta à carta de 14 de janeiro de 2019, na qual foi salientada a necessidade de resolver as dúvidas relativas à segunda questão no processo C-824/18, gostaríamos de referir o seguinte.

I. No que respeita à proposta de substituir os termos da segunda questão pelos termos que sublinharam a vermelho, a saber, «istnieje», «przy czym» e «a jednocześnie» [«existe», «mas em que» e «ao mesmo tempo»], esta proposta deve considerar-se justificada. Em especial, porque estes últimos termos são equivalentes aos termos substituídos, o que significa que em nada modificam a essência da questão ou a intenção do tribunal de reenvio.

II. No que respeita, porém, à negativa constante da segunda questão, às dúvidas de tradução que surgem nesse contexto e às propostas da sua resolução através da reformulação da questão, *in fine*, que consistiria na introdução da expressão «przy

założeniu» («assumindo que») que precederia a parte da frase que começa com os termos «[...], a sytuacja, gdy skład organu Państwa Członkowskiego mającego stać na straży niezależności sądów i niezawisłości sędziów [...] » «[...] o facto de a composição da autoridade do Estado-Membro em causa que tem por missão defender a independência dos tribunais e a autonomia dos seus juizes [...]» e a supressão da palavra «nie» («não») na última parte da segunda questão, gostaríamos de referir o seguinte.

Em nosso entender, a utilização da negativa na referida parte da frase não deveria suscitar dúvidas. Em especial, porque não se trata de uma frase afirmativa, mas interrogativa, o que significa que esse contexto preciso, relativo à utilização da negativa, foi e é relevante para a questão.

A segunda questão, no seu conjunto e relativamente às questões específicas que suscita, respeita, nomeadamente, ao seguinte:

«Deve o artigo 2.º, em conjugação com os artigos 4.º, n.º 3, terceiro período, e 6.º, n.º 1, TUE, em conjugação com os artigos 15.º, n.º 1 e 20.º, em conjugação com os artigos 21.º, n.º 1 e 52.º, n.º 1, da Carta dos Direitos Fundamentais, em conjugação com os artigos 2.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), e 3.º, n.º 1, alínea a), da Diretiva 2000/78/CE do Conselho e o artigo 267.º, terceiro parágrafo, TFUE, ser interpretado no sentido de que

[...] o facto de a composição da autoridade do Estado-Membro em causa que tem por missão defender a independência dos tribunais e a autonomia dos seus juizes (o Krajowa Rada Sądownictwa), na qual decorre o processo de seleção de juizes para o Sąd Najwyższy, estar organizada de tal forma que os representantes do poder judicial nessa autoridade são eleitos pelo poder legislativo, não perturba o princípio do equilíbrio institucional?»

As dúvidas surgidas neste contexto foram expostas nos n.ºs 24 a 28 dos fundamentos do despacho. No n.º 2[6] foi colocada de forma clara uma dúvida sobre a questão de saber se a solução adotada no direito nacional no que se refere a este ponto «[...] não tem por efeito, no contexto das consequências decorrentes do artigo 6.º TUE, a distorção do princípio do equilíbrio institucional [...]».

Por conseguinte, uma vez que a frase relativamente à qual existem as dúvidas de tradução expostas na correspondência referida não é uma frase afirmativa, mas uma frase em que se coloca uma questão sobre as dúvidas em relação ao risco de distorção do princípio do equilíbrio institucional, não é possível completá-la da forma por vós proposta com a expressão «przy założeniu» («assumindo que»). Na segunda questão não foram formuladas as suposições (sugeridas), mas no contexto das soluções jurídicas apresentadas e das dúvidas suscitadas, foi colocada a questão relativa, nomeadamente, ao seguinte: «Deve [considerar-se que] [...] o facto de a composição da autoridade do Estado-Membro em causa que tem por missão defender a independência dos tribunais e a autonomia dos seus juizes (o Krajowa Rada Sądownictwa), na qual decorre o processo de seleção de juizes para

o Sąd Najwyższy, estar organizada de tal forma que os representantes do poder judicial nessa autoridade são eleitos pelo poder legislativo, não perturba o princípio do equilíbrio institucional?»

III. Esperamos que as nossas explicações sejam claras, compreensíveis e suficientes.

DOCUMENTO DE TRABALHO